

PERCORRENDO A HISTÓRIA DA PETROBRÁS: CAMINHAMOS PARA UMA NOVA FASE DA HISTÓRIA PETROLÍFERA BRASILEIRA?

João Rodrigues Neto
Professor Associado IV/Departamento de Economia/
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia/
Universidade Estadual de Campinas
e-mail: joroneto@ufrnet.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é resgatar o processo histórico da Petrobrás, desde sua criação até os dias atuais, para identificar as possibilidades de concretizar as estratégias definidas, pelo Estado, para o setor petrolífero brasileiro, com o advento da exploração e produção na camada pré-sal. A confirmação, dessas estratégias, levaria o Brasil para o grupo dos grandes produtores mundiais de petróleo. Como o planejamento da Petrobrás tem um período definido, até 2020, para a exploração da área pré-selecionada entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina, cria-se uma expectativa de que, o país entrará numa nova fase de crescimento econômico, o que levará a melhoria das condições de vida dos brasileiros, isto é, a um novo patamar de desenvolvimento econômico e social. Eis a questão a ser respondida: caminhamos para uma nova fase da história petrolífera brasileira?

Palavras-chave: Petrobrás – Políticas Petrolíferas – Governança Corporativa.

1. Introdução

A discussão das políticas petrolíferas, no período de 1956-2010, tem um precedente histórico importante sobre a criação da Petrobrás: A Era Vargas (no primeiro e segundo Governos: 1930-1945 e 1951-1954).

O maior desafio da política energética do governo Vargas, estava centrado no setor petrolífero. O petróleo como principal fonte energética tornou-se de importância vital, no pós-guerra, tanto para o desenvolvimento tecnológico, como para a modernização da industrialização. A indústria petrolífera sempre foi considerada uma atividade estratégica para a economia, bem como, para a segurança nacional, além de incluir, todos os setores produtivos da petroquímica.

O projeto político nacionalista de Vargas voltou-se para a nacionalização dos recursos naturais e das riquezas do subsolo, como essência e culminância da instituição do monopólio estatal do petróleo, através da criação da Petrobrás – como resultado de grandes debates travados no Congresso Nacional, na esfera militar e no âmbito da sociedade civil brasileira que participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso”.

Desta forma, o monopólio estatal do petróleo, tornou-se uma questão nacional que tinha como objetivo principal à implantação de um setor petrolífero com todas as atividades de exploração, produção, refino e, inclusive a petroquímica, capaz de atuar diretamente na consolidação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento, modernização e diversificação de uma base industrial no país. Nesse sentido, coube ao Estado brasileiro à tarefa da implantação de toda cadeia produtiva do complexo petroquímico, considerado como parte do processo de verticalização das atividades petrolíferas, visando à ampliação da estrutura industrial nacional.

Portanto, o objetivo deste trabalho é resgatar o processo histórico da Petrobrás, desde sua criação até os dias atuais, para identificar as possibilidades de concretizar as políticas petrolíferas e as estratégias definidas para esta atividade produtiva, com o advento da exploração e produção na camada pré-sal.

A organização, deste trabalho, tem como ponto de partida, o resgate das políticas para o setor petrolífero, definidas pelos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) até Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que explicam as fases de auge e crises dessa atividade produtiva, bem como, as transformações estruturais nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural; e, na organização da gestão administrativa, ocorridas na Petrobrás.

2. As Políticas Petrolíferas de JK a LULA.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) definiu políticas para o setor petrolífero que visavam fortalecer a Petrobrás, como forma de dinamizar o processo de desenvolvimento econômico, dentro de uma política nacional-desenvolvimentista que objetivava reduzir a pobreza e a miséria do país. Esse período do governo Kubitschek foi caracterizado por uma combinação entre o desenvolvimento econômico com estabilidade política.

A política petrolífera estabelecida pelo Programa de Metas, de JK para a Petrobrás, visava:

- a) Aumentar a Produção de Petróleo;
- b) Aumentar a Capacidade de Refino;
- c) Ampliar a Frota de Petroleiros;
- d) Construção de Oleodutos e Terminais Marítimos;
- e) Intensificar a Pesquisa, a Perfuração e Produção de Petróleo;
- f) Construção da Refinaria Duque de Caxias (RJ);
- g) Ampliação da Refinaria Landulfo Alves (BA).

O monopólio estatal do petróleo sempre esteve na mira dos críticos que insistiam em modificar a Lei nº 2004, a fim da abertura do setor petrolífero, ao capital estrangeiro, nas atividades de prospecção e produção de petróleo.

O Presidente Juscelino Kubitschek mantinha em sua equipe de governo, pessoas de posição contrária à manutenção do monopólio estatal do petróleo e que foram mantidas em seus cargos, a exemplo do economista Roberto Campos, presidente do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que defendia mudanças na Lei nº 2004, como forma de limitar as atividades da Petrobrás. Por outro lado, o Presidente tinha o apoio dos militares, ao monopólio do petróleo, reafirmado pelo então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, ao citar a frase: *a Petrobrás é intocável*, durante a visita do Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, ao Brasil, na tentativa de conseguir permissão do governo brasileiro para empresas estrangeiras ter acesso às atividades petrolíferas no país. Essa frase, na verdade, foi idéia do Presidente Juscelino.

Eleito Presidente da República Jânio Quadros para substituir Juscelino Kubitschek, em 1961, começa seu governo alardeando uma política externa independente e a defesa da soberania nacional.

Com relação à política interna, o Presidente Jânio Quadros ao enviar Mensagem ao Congresso Nacional destacou as principais preocupações do seu governo com a política petrolífera ou com a Petrobrás. Apesar do curto período na Presidência, Jânio Quadros definiu as seguintes políticas:

- a) Avançar a Execução do Programa Brasileiro para o Setor Petrolífero sem a Interferência de Fatores Exógenos;
- b) Criação de um Complexo Industrial;
- c) Absorção de Novas Tecnologias pelo Corpo Técnico da Empresa;
- d) Recuperar a Empresa Estatal, principalmente, de Problemas Técnico, Administrativos e Financeiros (de endividamento).

A renúncia, do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, após sete meses na Presidência da República, provocou um conturbado momento político nacional.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o seu Vice-Presidente João Goulart. Para que João Goulart fosse empossado, foi imposta à adoção do regime do parlamentarismo, como forma de diminuir os poderes do Presidente da República. A situação foi revertida em janeiro de 1963, através de um plebiscito, quando foi restabelecido o presidencialismo.

A política para o setor petrolífero do governo João Goulart foi destacada em discurso pelo Presidente da Petrobrás Francisco Mangabeira:

- a) Diretrizes para a Defesa do Monopólio;
- b) Aumento da Produção de Petróleo;
- c) Intensificação da Pesquisa;
- d) Intensificação da Pesquisa;
- e) Atingir a Auto-suficiência na Produção de Petróleo;
- f) Nacionalizar as Refinarias de Propriedades Privadas.

Instaurado o governo militar, assume a Presidência o General Castelo Branco (1964-1967), num momento em que país encontrava-se num clima de tensão política, em virtude do golpe militar, além de estagnação econômica e de aceleração inflacionária. Foi elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) voltado para as correções da política econômica e com um amplo programa de reformas institucionais no plano fiscal; monetário-financeiro; trabalhista; habitacional e de comércio exterior que foram implantadas nesse governo.

As políticas para o setor petrolífero brasileiro, do governo Castelo Branco, foram definidas da seguinte forma:

- a) Reorganização da Empresa (despolitização gerencial);
- b) Retomada da Produção Nacional de Petróleo;
- c) Manutenção da Auto-suficiência do Refino;
- d) Ampliar o Parque da Indústria Petroquímica;
- e) Expansão da Indústria Nacional do Petróleo.

Com a morte do Presidente Castelo Branco, em 1967, assume a presidência da República o General Costa e Silva. No governo de Costa e Silva (1967-1969) foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que enfatizava as metas definidas no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico do governo Castelo Branco.

A política petrolífera definida pelo Governo de Costa e Silva tinha como meta primordial: a Petrobrás alcançar a auto-suficiência na produção de petróleo, tendo definido políticas que visavam:

- a) Alcançar a Auto-suficiência na Produção de Petróleo;
- b) Implantação de Refinarias;
- c) Desenvolver o Setor Petroquímico;
- d) Assegurar o Abastecimento do Mercado Interno de Matérias-primas e outros Insumos.

No Governo Costa e Silva foram implantadas duas novas refinarias: a de Gabriel Passos, em Minas Gerais, e a Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, além dos estudos para a implantação da refinaria de Paulínia; foi criada a Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA, com as participações de capitais nacional e estrangeiro, para desenvolver o setor petroquímico e assegurar o abastecimento do mercado interno de matérias-primas e outros insumos. Assegurava, também, o controle acionário da PETROQUISA ao capital nacional, no qual a Petrobrás assumia um importante papel de liderança no setor petroquímico. Inaugurava-se uma nova fase da Petrobrás como agente capaz de consolidar a industrialização brasileira e como motor do desenvolvimento nacional.

Para substituir o Presidente Costa e Silva, assume a Presidência o General Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). O planejamento governamental também foi uma marca do governo Médici, quando da elaboração do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo para o período 1970-1973, e, que objetivava estruturar as bases econômicas (período do “milagre brasileiro”), para consolidar a industrialização e possibilitar o ingresso do Brasil no primeiro Mundo, ainda no século XX.

As políticas para o setor petrolífero brasileiro, no Governo Médici, tinham como interlocutor o presidente da Petrobrás o General Ernesto Geisel (considerado um militar nacionalista) e visavam:

- a) Assegurasse o Abastecimento Nacional de Petróleo;
- b) Suprir o Mercado Brasileiro de Derivados;
- c) Ampliação da Capacidade de Carga da Frota Nacional de Petroleiros;
- d) Projeto de Exploração da Plataforma Submarina;
- e) Concentrar Recursos em Prospecção e Produção de Petróleo.

Para assegurar o abastecimento nacional de petróleo o Governo Geisel, criou a Petrobrás Distribuidora S. A – BR, em 1971, com o objetivo de dominar o setor de distribuição de combustíveis no mercado interno. Dentro dessa concepção de dominar o mercado interno foi adquirido, pelo Governo, o controle acionário das refinarias de Manaus, Capuava, Matarazzo e Uruguaiana, todas do setor privado.

Para a integração multinacional com a realização de intercâmbio comercial que propiciasse a exploração de petróleo no exterior, resultou na criação da BRASPETRO S. A, em 1972.

Em 1973, último ano do Governo Médici, ocorreu o primeiro choque dos preços do petróleo, com a elevação do preço do barril de US\$ 2,79 para US\$ 11,00, o que afetou diretamente a balança comercial brasileira.

Para substituir o Presidente Médici, assume o Presidente Ernesto Geisel num momento em que o país necessitava ampliar sua exploração, reservas e produção de petróleo, em virtude do aumento da demanda interna, de combustíveis e derivados básicos para suprir a indústria brasileira.

Foi formulado pelo Governo Geisel (1974-1979) o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que priorizava a expansão (ou crescimento) da economia brasileira via setor produtor de meios de produção, ou seja, pela indústria de equipamentos e pela indústria de insumos de base. II PND pode ser considerado o último grito do nacionalismo, quando tratou da questão do petróleo, numa conjuntura internacional inteiramente desfavorável, foi capaz de consolidar não só o capitalismo brasileiro, como também o processo de industrialização, com a implantação das atividades petroquímicas.

Em síntese: o II PND resultou em avanços na geração ou produção de bens de capital; de energia; na prospecção de petróleo e produção de álcool.

As políticas petrolíferas definidas pelo Governo Geisel visavam:

- a) Auto-suficiência na Produção Nacional de Petróleo;
- b) Consolidar a Fase da Industrialização Brasileira - Atividades da Metalurgia, Petroquímica e a Indústria de Bens de Capital;
- c) Aumentar a Produção Interna de Petróleo e a Capacidade de Produção e Geração de Energia Elétrica;
- d) Descobrir Novas Reservas de Petróleo, no Território Nacional.

A decisão do Governo Geisel de redirecionar os investimentos para as áreas pesquisa e de exploração (*upstream*) foi importante, porque os estudos se mostravam mais atraentes, caso específico da plataforma continental. Essa decisão resultou na descoberta do campo de Garoupa, o primeiro produtor de petróleo na plataforma continental, com reservas estimadas em 100 milhões de barris, em novembro de 1974, dando início a mais rica província petrolífera no território brasileiro: a bacia de Campos.

No ano seguinte (1975), além da criação do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL -, como incentivo à atividade agrícola (setor sucroalcooleiro), também, objetivou o incremento da produção de álcool anidro e para substituir ou ser adicionado à gasolina. Naquele ano, foram descobertos os campos de Pargo, Bagre, Badejo e o campo de Namorado.

Em 1976, continuam as descobertas de reservas com os campos Enchova, Bicudo e Cherne.

Em 1977, foram descobertos os campos de Bonito e Pampo.

Em 1978, as pesquisas realizadas pela Petrobrás, identificaram a existência de gás e petróleo na bacia do Solimões, na região amazônica.

Em 1979, ocorreu a descoberta de petróleo, em campos terrestres, na bacia Potiguar, no Campo de Ubarana, na plataforma continental.

Para completar o ciclo dos Governos Militares, assume a Presidência da República o General João Batista de Figueiredo, para governar no período de 1979-1985.

Para incentivar o crescimento industrial, o Governo Figueiredo concentrou investimentos na política energética nacional que resultou na ampliação da produção brasileira de petróleo e o incentivo à utilização de outras fontes alternativas de energia, como o carvão e o álcool (PROÁLCOOL). Importantes investimentos também foram realizados na construção de gigantescas usinas hidrelétricas em várias regiões do país (exemplo de Itaipu e Tucuruí).

O Governo Figueiredo definiu políticas petrolíferas que visavam:

- a) Desenvolvimento de Novas Fontes de Energia;

- b) Ampliação da Produção Brasileira de Petróleo;
- c) Garantir a Continuidade do Abastecimento do Mercado Nacional de Derivados de Petróleo;
- d) Aumento das Reservas e da Produção Nacional.

Com o fim do ciclo de governos militares, inicia-se o período da redemocratização do país, com o Governo Sarney, que governou o país, no período de 1985-1990. O governo Sarney elaborou um Programa de Estabilização Econômica, implantado em fevereiro de 1986, denominado de Plano Cruzado. As políticas petrolíferas do Governo Sarney visavam:

- a) Aumento da Produtividade;
- b) Busca da Auto-suficiência;
- c) Inclusão do Programa de Gás Natural dentro da Política Energética;
- d) Aperfeiçoar as Tecnologias de Exploração e Produção de Petróleo em Águas Profundas.

Para substituir o Presidente Sarney, foi eleito Fernando Collor de Melo (1990-1992). O Governo Collor anunciou um programa de modernização administrativa e de mudanças na economia, através do Plano Collor I, que previa, entre outras coisas:

- a) Volta do Cruzeiro como moeda;
- b) Congelamento de preços e salários;
- c) Bloqueio de contas correntes e poupanças no prazo de 18 meses;
- d) Demissão de funcionários e diminuição de órgãos públicos.

O Governo Collor deu início ao processo de privatizações das estatais e à redução das tarifas alfandegárias, prescritos no receituário das políticas neoliberais, impostas a partir dos anos de 1990. Esse processo de privatizações atingiu o setor petroquímico, numa tentativa de desestruturar a Petrobrás que tinha a maioria do controle acionários das empresas do setor. Desta forma, tem início um período de crise na atividade petrolífera brasileira, apesar do processo de produção de petróleo e gás natural se apresentar crescente, devido à exploração e produção na plataforma continental.

O Governo Collor marcou o início da adoção do regime neoliberal de abertura do mercado brasileiro. Ao reduzir as tarifas alfandegárias, a importação de produtos a preços menores do que os de fabricação nacional. Essa decisão teve como objetivo pressionar a indústria brasileira a modernizar seu processo de produção, ou seja, importar nova tecnologia com o intuito de se tornar competitiva no comércio internacional.

Com o processo de Impeachment de Fernando Collor, assume a Presidência da República Itamar Franco (1992-1994).

O Governo de Itamar Franco enfrenta os graves problemas nacionais da hiperinflação e da estagnação do PIB. O mérito do Governo de Itamar Franco foi a instituição do Plano Real, que tinha como objetivo sanear as contas públicas e a estabilização da moeda. Seguindo a lógica do seu antecessor (Fernando Collor), realizou a privatização de várias empresas estatais, operação que significa a destruição do patrimônio público, transferido a preços irrisórios para o setor privado.

O Governo de Itamar Franco não definiu políticas petrolíferas significativas para o curto período em que esteve na Presidência da República.

Em virtude do sucesso do Plano Real, O Presidente Itamar Franco conseguiu eleger o seu sucessor, o neoliberal Fernando Henrique de Melo, para o período de 1994-1997 (e reeleito para o período de 1998-2002). No Governo FHC, foi adotado, também, o receituário neoliberal, que visava ampliar o processo de privatização das estatais dos setores: da petroquímica, de telecomunicações, da siderúrgica, além da privatização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, do monopólio estatal da atividade petrolífera, o que alguns autores denominam de flexibilização das atividades produtivas da Petrobrás. Desta forma, a Petrobrás estava exposta ao processo de privatização de toda *holding*. Após essas modificações na estrutura da Petrobrás, a empresa passou por mudanças na gestão administrativa e produtiva, como forma de evitar o desmantelamento de toda sua infraestrutura já consolidada.

Segundo o Presidente FHC, declarou no Programa “Roda Viva” da TV Cultura – São Paulo, após deixar o Governo (em 2002), que a Petrobrás não foi privatizada por falta de comprador, ou seja, nenhuma multinacional do setor esteve interessada em adquiri-la, em virtude do alto preço de venda.

Para substituir FHC, foi eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o mandato de 2003-2006 (e reeleito para o segundo mandato 2007-2010).

As políticas petrolíferas do Governo Lula foram fixadas, com o objetivo de ampliar a matriz energética brasileira para resolver o déficit de energia constatado desde o final da década de 1990, quando o Brasil sofreu *black-out* de energia em diversas regiões do país, afetando diretamente as atividades de setores produtivos.

Durante o Governo Lula foram iniciadas as pesquisas para exploração e produção de petróleo e gás natural, na camada do pré-sal, além da continuidade das pesquisas voltadas para as fontes alternativas de energia.

Em termos de política energética, o grande marco dessa atividade foi a descoberta de petróleo, na camada do pré-sal, que exigiu do Governo brasileiro uma maior participação nas atividades petrolíferas, seja como produtor ou como regulador das atividades econômicas. Os motivos que levam a ampliação do papel do Estado, nessa atividade, segundo a Empresa de Pesquisa Energética, são:

- a) Aumento da apropriação da renda petrolífera;
- b) Ampliação da inserção geopolítica do Brasil nas relações internacionais;
- c) Melhor gerenciamento de recursos de hidrocarbonetos;
- d) Evitar a “maldição do petróleo”;
- e) Adequar ao desenvolvimento da indústria de equipamentos, logística, engenharia, novos materiais etc.
- f) Evitar a depleção precoce (redução drástica) das jazidas em favor das gerações futuras.

Dentro da estrutura organizada, pelo Estado brasileiro, para administrar os recursos que serão gerados pela produção de petróleo e gás natural, na camada do pré-sal, destaca-se a criação de um Fundo Social que terá como objetivo direcionar os recursos para projetos e programas, considerados prioritários, pelo Governo Federal, em áreas como: a) educação; b) combate à pobreza; c) ciência e tecnologia.

Outra política importante, implantada pelo Governo Lula, foi a pesquisa por novas fontes de energia renovável aquelas em que os recursos naturais são considerados inesgotáveis. *“As vantagens proporcionadas pelas energias renováveis variam de acordo com as condições e prioridades locais, destacando-se: a minimização da ameaça das mudanças climáticas do planeta decorrentes da queima de combustíveis fósseis; o crescimento econômico; a ampliação do acesso à energia para cerca de um terço da população mundial; a geração de empregos e a fixação do homem no campo; a redução dos níveis de pobreza; a diminuição da desigualdade social; e a diversificação da matriz energética”* (Petrobrás, 2010). Portanto, destacam-se as investigações, das principais fontes de energia renováveis, impulsionadas pela Petrobrás.

● A Energia Solar

A energia solar é aquela emitida pelo sol, sendo convertida em energia química, através de uma reação de fotossíntese, base dos processos biológicos de todos os seres vivos, ou seja, é a energia utilizada pela humanidade desde sua formação.

● A Energia Eólica.








A energia eólica, também chamada de energia dos ventos, é considerada uma fonte de energia renovável, limpa e disponível, onde as correntes de ventos são abundantes e possibilitem a geração de energia, a partir da utilização da moderna tecnologia de aerogeradores (turbinas eólicas). A energia eólica é definida como a energia cinética contida nas massas de ar em movimento (ventos).

Vantagens: a possibilidade de instalação de parques eólicos em áreas populacionais isoladas, eliminando, dessa forma, os custos com transmissão e distribuição. Outros fatores positivos são: a) o impacto ambiental, com a implementação de parques eólicos é considerado muito baixo; b) a geração de empregos diretos e indiretos nas regiões onde aportam investimentos para construção dos parques eólicos; e, c) a utilização de terras para instalação de parques eólicos não trarão problemas para outras atividades econômicas, com o uso simultâneo.

Desvantagem: como o uso da fonte eólica para geração de energia tem um componente importante: o vento. Desta forma, sua disponibilidade é imprevisível e inconstante, o que poderá afetar a quantidade de oferta de energia planejada.

Hoje, vários estados brasileiros possuem programas de levantamento de dados sobre a situação do vento. Há, instaladas, nove usinas eólicas nos Estados do Ceará, Paraná, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará e Minas Gerais. Dados do Centro de Referência para Energia Solar e Eólica indicam que, nos próximos dois anos, deverá haver uma expansão de 20 vezes no uso desse tipo de energia no Brasil.

A produção de energia eólica, no Brasil, está concentrada em alguns estados, com plantas instaladas em parques eólicos e fazendas eólicas, exemplo dos localizados no Nordeste e Sul, conforme os dados do Centro de Referência para Energia Solar e Eólica (CRSE).

| Nome | Capacidade instalada (MW) | Estado |
|--|---------------------------|---|
| Complexo eólico Alto Sertão I | 300 |  Bahia |
| Parque eólico de Osório | 150 |  Rio Grande do Sul |
| Usina de Energia Eólica de Praia Formosa | 104 |  Ceará |
| Parque eólico Alegria | 51 |  Rio Grande do Norte |
| Parque eólico de Rio do Fogo | 49 |  Rio Grande do Norte |
| Parque Eólico Eco Energy | 25 |  Ceará |
| Parque Eólico de Paracuru | 23 |  Ceará |

● **A Energia Gerada de Biomassa ou biocombustíveis.** A biomassa é todo recurso renovável oriundo de matéria orgânica (de origem animal ou vegetal) que pode ser utilizada na produção de energia. A biomassa é uma forma indireta de energia solar.

Vantagens da biomassa ou biocombustíveis: apesar da eficiência reduzida, seu aproveitamento pode ser feito diretamente, com a tecnologia de combustão em fornos, caldeiras, etc. O desenvolvimento de novas tecnologias para conversão da matéria orgânica em energia, objetiva aumentar sua eficiência, bem como reduzir os impactos ambientais. A produção de biodiesel a partir de óleos vegetais ou de gorduras animais, fez com que o Brasil aproveitasse essa oportunidade tecnológica e estratégica para adicionar ao diesel, de origem do petróleo em proporções variáveis, e assim, diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Na comparação com o diesel de petróleo, o biodiesel também tem significativas vantagens ambientais.

O País já produz álcool (etanol) automotivo, da cana-de-açúcar, desde 1975, com um excelente resultado e em escala crescente. O que explica essa tendência é a produção, em crescimento, da frota de veículos *flex-fuel*, ou seja, que possibilita a opção de consumir gasolina ou álcool (etanol). Essa decisão de consumo depende da competitividade do preço do etanol hidratado em relação ao preço da gasolina. Também, destacam-se as vantagens competitivas, em virtude da diversidade de matérias-primas para a produção do **etanol** que além da cana de açúcar, podem utilizar o sorgo sacarino e a mandioca e na produção de **biodiesel** utilizando os biocombustíveis, para a extração de óleo vegetal, temos: a mamona, a soja, coco de babaçu, algodão, as palmáceas e o girassol.

Uma **vantagem** importante, dessa atividade, é a possibilidade da geração de novos empregos, em regiões carentes do país, exemplo do Nordeste brasileiro, onde a dinâmica atividade agrícola não tem um desempenho e produtividade adequada ao crescimento da agricultura regional.

Desvantagem: o aumento do processo de exploração de novas fontes de energia está acarretando uma interferência no meio ambiente e o desequilíbrio ecológico, como consequência da interferência humana.

Considerando que o processo de industrialização brasileira irá demandar, nos próximos anos, uma quantidade maior, de energias originadas de fontes não renováveis (poluentes), como o petróleo e carvão vegetal, em virtude da previsão de crescimento da produção industrial (nas diversas atividades).

A política de incentivo às novas fontes alternativas de energia ocorre com maior ênfase no Governo Lula, e, tem continuidade no atual Governo Dilma, o que significa possibilidades de crescimento da produção energética no país, como resultado do planejamento de longo prazo, do modelo de gestão adotado pela Petrobrás.

3. Petrobrás: uma Nova Concepção de Gestão

O modelo de gestão implantado pela Petrobrás, nos anos de 1990, redefiniu o papel da empresa, no desenvolvimento nacional, que foi precedido por políticas petrolíferas dos governos de JK a FHC, 1956-1997, o que nos leva a entender o processo de desestatização ou de privatização de estatais e questionar: Por que a Petrobrás não foi privatizada? Para responder essa questão, deve-se entender qual era a lógica da Petrobrás no processo de desenvolvimento nacional, como uma etapa de construção dessa nova forma de gestão, que ocorreu após a flexibilização (ou quebra) do monopólio das atividades de exploração e produção de petróleo, durante o Governo FHC, e, que lógica seria adotada por este novo modelo de gestão para superar a crise então criada, naquele Governo.

A Petrobrás é incorporada a uma nova lógica da economia mundial, com a globalização e a financeirização de suas atividades, dentro de uma estratégia de mercado onde tem como objetivo a maximização do lucro. O Estado passa a ter uma nova função estratégica para Petrobrás, a partir da adoção de uma gestão econômica, onde a empresa subsiste alavancada pela eficiência e pela eficácia. Apesar da mudança do caráter do monopólio, com a flexibilização das atividades de exploração e produção de petróleo; e, a privatização de empresas do Complexo Petroquímico, a Petrobrás subsistiu as crises.

Mesmo com a quebra do monopólio da exploração e produção de petróleo ou sua flexibilização, a Petrobrás sobrevive à crise da segunda metade dos anos de 1990, dentro de uma nova concepção de gestão compartilhada ou como é denominada, atualmente, de governança corporativa.

A governança corporativa pode ser entendida como um processo no qual as sociedades empresariais são dirigidas e monitoradas pelo mercado de capitais, onde se define uma relação social entre acionistas, conselho de administração, diretoria e auditoria.

Esse novo modelo de gestão tem como objetivo principal, garantir a confiabilidade em uma determinada corporação, assegurando aos acionistas, o retorno sobre os seus

investimentos. Um dos fundamentos da governança corporativa é que o controle deixa de ser familiar ou estatal, significando desta forma que, o controlador (ou acionista) não executa, necessariamente, a tarefa de gestor. A história da Petrobrás aponta para um futuro promissor, em virtude do desempenho dos que fazem a Empresa com eficiência e eficácia, concretizarem as perspectivas criadas de produção de petróleo e gás natural, na camada do pré-sal, até os anos de 2020.

4. Considerações Finais.

Ao resgatar o processo histórico da Petrobrás, pode-se entender o impacto das políticas petrolíferas nas suas atividades, ao longo do período desde a sua criação, em 1953 até 2010. São políticas definidas pelo Estado, enquanto maior acionista, que criaram as condições necessárias para a Petrobrás, como uma empresa de energia, desenvolvesse toda a estrutura produtiva e tecnológica, a partir de um Plano de Negócios e Gestão da empresa, que possibilitou atingir o estágio de desenvolvimento na atividade de exploração de petróleo em águas profundas, que lhe deu destaque no âmbito do setor petrolífero internacional, haja vista, que, sua atuação em diversos países ocorre em atividades de exploração; produção; refino ou distribuição de petróleo, gás natural e/ou derivados. Vale destacar que, o esforço do Estado brasileiro pode ser traduzido pelos investimentos (não foram destacados neste trabalho) destinados às diversas atividades da Petrobrás. Dentro destas diversas atividades estão as novas fontes de energia alternativas.

Como o planejamento da Petrobrás é resultado do modelo de gestão compartilhada, considerado flexível, quando se refere às mudanças nas metas ou estratégias de execução de suas atividades produtivas, no curto prazo, muitas vezes, ocasionadas por alterações na conjuntura econômica internacional, ou mesmo, alterações estruturais, como por exemplo, a utilização de uma nova tecnologia no processo produtivo, o que proporcionaria a empresa refazer seus planos de negócios e apontar novas expectativas de resultados. Portanto, isso facilitaria nas análises de dados empíricos relevantes, de curto prazo, que poderia levar a resultados talvez consistentes, como também, as abstrações que não corresponderiam à realidade.

A trajetória histórica da Petrobrás nos leva a crer que, apesar das possibilidades da ocorrência de crises na economia mundial, o que afetaria, direta ou indiretamente, a economia brasileira, a Petrobrás enquanto uma empresa integrada de energia visualiza, para um futuro próximo, condições favoráveis de crescimento da empresa, com a

exploração e produção de petróleo e gás natural, na camada do pré-sal. Vale destacar que, a produção de petróleo, na camada pré-sal, considerada recorde de 300 mil barris/dia (em fevereiro de 2013), foi resultado da exploração de seis campos localizados na Bacia de Santos e onze campos na Bacia de Campos; enquanto, a produção de gás natural foi de 9,8 milhões de metros cúbicos diários. Esse resultado foi considerado acima da expectativa e das metas pré-estabelecidas, em virtude do desempenho produtivo de cada poço.

As metas definidas pelo Plano de Negócios e Gestão, da Petrobrás, para o período de 2014 a 2016, indicam que onze novas plataformas entrarão em operação, para produção na camada do pré-sal, sendo dez na Bacia de Santos e uma na Bacia de Campos. Desta forma, a projeção feita para 2017, na produção de petróleo operada pela Petrobrás na camada do pré-sal, deverá superar um milhão de barris de petróleo diários. Significa que, mantida as condições de produtividade e os resultados da produção de petróleo e gás natural, acima das expectativas, conseguida até o presente, as novas plataformas que entrarão em operação até 2016, poderá transformar o Brasil num grande exportador de petróleo e derivados, até 2020. Só então, pode-se responder a questão: caminhamos para uma nova fase da história petrolífera brasileira? Antes disso, podem-se fazer conjecturas, com base nas estratégias definidas no Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás.

5. Bibliografia

- ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e dos Biocombustíveis (2010). **Anuário Estatístico**. <http://www.anp.gov.br>. 04 de abril de 2013.
- BORGES, Luiz F. Xavier & SERRÃO, Carlos F. de Barros (2005). **Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, Revista nº 24, Vol. 12, p. 111-148, Dezembro de 2005.
- CENTRO DE REFERÊNCIA PARA ENERGIA SOLAR E EÓLICA (CRSE). www.cresesb.cepel.br/content
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz energética terá aumento de participação das renováveis nesta década**. <http://www.epe.gov.br> 05 de abril de 2013.
- GABRIELLI, José Sérgio. **Petrobrás afeta geopolítica, e “doença holandesa” é risco**. Boletim Carta Maior. <http://www.cartamaior.com.br/templates>. 26 de agosto de 2011.

NAKAHODO, S. Nakao & JANK, M. Sawaya (2006). A Falácia da “doença holandesa” no Brasil. **Documento de Pesquisa**. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE, p.2.

PETROBRÁS (2010 e 2013). **Uma empresa integrada de energia**.
<http://www.petrobras.com.br/PT/quem-somos/perfil> 09 de abril de 2013.

FURBINO, Z. (2009). **Pré-sal e o futuro do Brasil**.
WWW.correioweb.com.br/euestudante.noticias. 06 de abril 2013.